

Ceitec terá aporte para desenvolver novo chip

Produtora de semicondutores contará com R\$ 220 milhões para trabalhar uma nova rota tecnológica até 2026

/ TECNOLOGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Com uma reviravolta em sua história, o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), depois de ter tido sua extinção decretada em 2021 no governo passado, mas revogada em 2023 pela atual presidência da República, ganhou agora um novo fôlego para se reerguer. A companhia receberá um aporte de cerca de R\$ 220 milhões para trabalhar uma nova rota tecnológica para a produção de chips de carbeto de silício (SiC), ação que deverá ser concluída até 2026.

Conforme a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, R\$ 95,6 milhões já serão disponibilizados neste ano, mais R\$ 101 milhões em 2025 e o restante será desembolsado em 2026. Os montantes poderão ser aproveitados em medidas como aquisição de equipamentos e

aprofundamento de pesquisas.

Os chips desenvolvidos poderão ser aproveitados na produção de sistemas de painéis fotovoltaicos para a geração de energia elétrica a partir do sol e na fabricação de veículos elétricos e híbridos. “Vamos abastecer mercados muito promissores”, frisa Luciana. Ela acrescenta que os novos dispositivos deixarão os processos produtivos mais eficientes e estão ligados diretamente ao tema da transição energética.

A ministra esteve nesta quinta-feira, em Porto Alegre, para participar da cerimônia do anúncio do investimento no Ceitec. Os recursos são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), via Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O presidente do Ceitec, Augusto Gadelha, comenta que a encomenda da nova rota tecnológica demonstra o apoio do atual governo quanto à recomposição do centro. “Isso contribuirá para o progresso do País”, defen-

de do dirigente.

Já o presidente da Finep, Celso Pansera, considera o resgate da companhia como fundamental. “O último ataque (no governo anterior) foi quase mortal”, afirma. Pansera salienta que é preciso dar tempo para uma instituição como o Ceitec amadurecer e consolidar um ecossistema no seu entorno e cita como um exemplo desse cenário a Embraer.

A reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Marcia Barbosa, complementa que a expectativa é que o Centro de Tecnologia seja “uma semente inovadora de empresas ao seu redor”. Esse amparo do mundo de negócios, argumenta Marcia, aumentará a resiliência da entidade, deixando-a mais protegida. Por sua vez, a secretária de Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Simone Stülp, aponta que o setor de semicondutores é considerado pelo governo gaúcho como muito importante para auxiliar



TÂNIA MEINERZ/JC

Anúncio foi feito na Capital com a presença da ministra Luciana Santos (c)

na reconstrução do Estado, após a catástrofe climática enfrentada neste ano.

Além dos recursos para aplicar na rota tecnológica para a produção de chips de carbeto de silício, o Ceitec pode ser contemplado, em breve, com uma nova fonte para investimentos. Tramita atualmente um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) que

busca uma suplementação ao orçamento da União para a instituição. O diretor administrativo e financeiro do Ceitec, Messias Souza, informa que, se aprovada a matéria, o Centro pode ter acesso a mais R\$ 58 milhões. A empresa pública, depois de fechada em 2021, retomou apenas neste ano a produção e comercialização de chips.

Senado aprova urgência do projeto de lei que regulamenta IA no Brasil

O Senado Federal aprovou nesta quinta-feira o requerimento de urgência ao projeto de lei que regulamenta a inteligência artificial no Brasil, de autoria do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A votação do mérito está marcada para a próxima terça-feira.

A matéria trata das diretrizes para a regulação do desenvolvimento da tecnologia no País, contendo regras para como as IAs devem ser regidas, quais dados

elas podem usar e o que podem ser considerados sistemas de IA no Brasil.

O modelo segue o exemplo da lei aprovada na União Europeia, pioneira na regulação da IA no mundo. O projeto é discutido desde o final de 2022 e teve seu prazo de redação de texto prorrogado algumas vezes neste ano pela Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial (CTIA), responsável pelas audiências públicas opinativas e pela construção

do texto da possível lei.

O texto aborda temas como princípios éticos para IA, a criação de uma Política Nacional de Inteligência Artificial, a regulação do uso de IA em áreas como publicidade, além de mecanismos de governança e responsabilização.

Um dos principais pontos do Marco da IA é a classificação de risco dos produtos construídos com a tecnologia, com uma seção destinada ao chamado “risco excessivo”, na qual se enquadram,

por exemplo, deepfakes que podem manipular o sistema eleitoral e conteúdos de exploração sexual infantil.

O documento também categoriza as IAs de “alto risco”, que podem ter impacto nos direitos fundamentais dos indivíduos. Pelo projeto, caberá ao Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA) regulamentar a classificação da lista dos sistemas de IA de alto risco, bem como identificar novas hipó-

teses de aplicação de alto risco. O SIA também ficará encarregado pela supervisão e fiscalização das tecnologias.

O texto traz uma seção sobre direitos autorais. De acordo com a matéria, os desenvolvedores de IA que usarem conteúdos protegidos por direitos autorais devem publicar, em um site acessível, pontos explicando quais conteúdos foram utilizados no desenvolvimento, respeitando segredos comerciais e industriais.

ORQUESTRA Jovem
DO RIO GRANDE DO SUL

15 ANOS

TRANSFORMANDO *vidas*
ATRÁVES DA *música*

PATROCÍNIO

APOIO

REALIZAÇÃO

orquestrajovemrs.com.br

@orquestrajovemrs